



REQUERIMENTO PARA: ➤ JUNÇÃO DE ELEMENTOS

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome do requerente) _____,
 contribuinte (pessoa singular ou colectiva) nº _____, residente em (Rua/Avª) _____
 _____ (nº/lote) _____, (andar) _____,
 (localidade) _____, (cód.postal) _____ - _____,
 Freguesia de _____, com o telefone nº _____, fax nº _____,
 e-mail _____ nascido em ____/____/____, portador do Bilhete de
 Identidade / Cartão de Cidadão / Passaporte nº _____ datado de
 ____/____/____, emitido pelo Arquivo de Identificação de _____, vem, na qualidade
 de (qualidade na qual efectua o pedido) _____ solicitar a Vª Exª,
 que sejam juntos ao processo de (especificar a natureza do processo)
 _____ nº SM _____ os seguintes elementos:

- 1 - _____
- 2 - _____
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____

Pede Deferimento

Sintra, ____ de _____ de 20 ____

O Requerente,

.....

IMP.PS.01.072.03

Conferi os documentos (assinatura legível) :

Categoria :

	RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO	REGº SM _____
	ASSUNTO: JUNÇÃO DE ELEMENTOS	
	Assinatura do Funcionário : _____	
Categoria : _____		Data : ____/____/____

Instruções

Exibir Bilhete de Identidade/Passaporte, e Cartão de Contribuinte ou cartão de Cidadão

Notas:

- No caso de **Mandatário** juntar fotocópia da procuração ou outro documento que confira a representação;
- No caso de **peças colectivas** deve ser apresentado documento onde se verifique a legitimidade de quem tem poderes para assinar;
- Os presentes dados irão ser objecto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do Artº 10º da Lei 67/98 de 26 de Outubro de 1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Protecção de Dados Pessoais.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- A resposta aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente.

Base Legal:

- Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 6/96, de 31 de Janeiro.